

Arruamento pertencente à freguesia de Câmara de Lobos e que se estende desde a estrada João Gonçalves Zarco, no lugar da Laja, até ao Pico da Torre. Primitivamente conhecido por caminho do Pico da Torre, passou recentemente, a ostentar o nome de Rua do Pico da Torre. Nas proximidades do seu cruzamento com a estrada João Gonçalves Zarco, tem ligações com o caminho do Pico, que tem origem na Rua do Espírito Santo, com a Rua João de Nóbrega Noronha e com a Rua do Alto da Torre.

Apesar de ser uma pretensão antiga, dada importância turística do Pico da Torre e ao facto do seu acesso ser feita através de uma íngreme e estreita vereda, só a 22 de Julho de 1953 é que o projecto, programa de concurso e caderno de encargos deste arruamento foi aprovado, estando na altura, a obra orçada em 136 mil escudos.

A 9 de Setembro de 1953 tem lugar o concurso para adjudicação da primeira fase da obra englobando os trabalhos de terraplanagem e obras de arte, numa extensão de 798 metros e com uma base de licitação de 92.944\$00.

Foi seu adjudicatário Luis Fernandes da Silva, natural de Câmara de Lobos, pelo valor de 89.540\$00, celebrando-se a respectiva escritura a 23 de Julho de 1954.

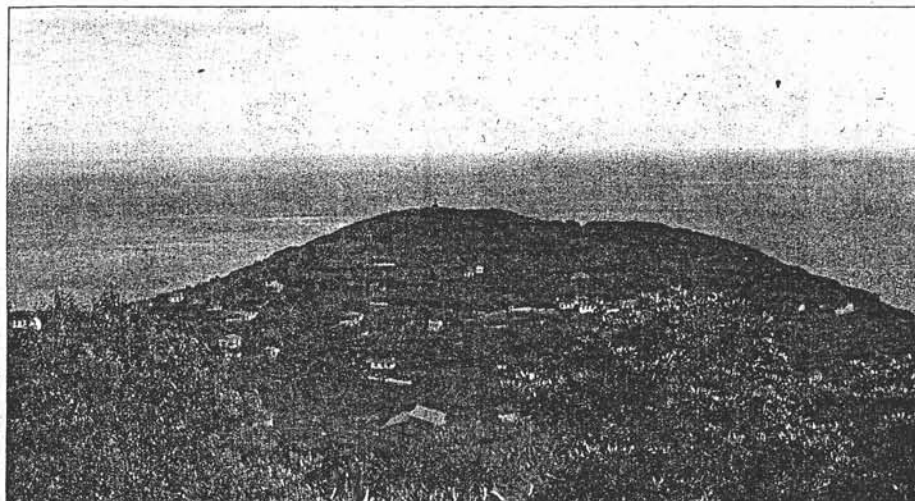
O início das obras de abertura

Em 14 de Julho de 1954 estavam já a maioria dos proprietários dos terrenos a expropriar de acordo com os preços constantes dos respectivo mapa de expropriações, pelo que a Câmara deliberou autorizar os correspondentes pagamentos afim de ser dado imediato início das obras.

Na sessão camarária de 14 de Outubro de 1954 é presente a primeira liquida-

Caminhos e lugares do Concelho de Câmara de Lobos (22)

Rua do Pico da Torre



Panorâmica do Pico da Torre, anos 70

ção referente a esta obra, o que é indicador de que os trabalhos se terão iniciado pouco tempo depois da celebração da respectiva escritura de adjudicação.

Na sessão camarária de 14 de Dezembro de 1955 é autorizada a liquidação final da primeira fase da obra, o que quererá significar que a terraplanagem terá terminado em finais de Novembro, princípios de Dezembro de 1955.

Entretanto, ainda no decurso dos trabalhos relativos à primeira fase, preparava-se já a segunda. Com efeito, na sessão camarária de 13 de Abril de 1955 a Câmara era informada da comparticipação por parte do Estado, no valor de 74.400\$00 relativamente à sua pavimentação, cujo projecto, vem a ser presente na sessão camarária de 25 de Maio de 1955, onde é aprovado e as respectivas obras incluídas no plano do ano seguinte, ou seja de 1956.

Ainda que não estivesse prevista no plano de 1955 e, por consequência sem dotação orçamental, a Câmara delibera a 9 de Novembro de 1955 arrematar as obras de pavimentação deste arruamento, fixando o dia 14 de Dezembro para o respectivo concurso, com a alegação de que seria necessário ganhar tempo, uma vez que era de prever o não aparecimento de candidatos no primeiro concurso.

Tal como previam os responsáveis camarários este

primeiro concurso ficaria livre, pelo que nova arrematação é agendada para o dia 25 de Janeiro de 1956, sendo de 100.699\$20 a base de licitação. Foi seu adjudicatário Manuel Figueira pela quantia de 90 mil escudos, tendo a respectiva escritura sido celebrada a 27 de Fevereiro desse ano.

A obra ter-se-á prolongado até finais do primeiro trimestre de 1957, uma vez que a liquidação final só é autorizada a 10 de Abril desse ano.

O alargamento da rua

Ainda que destinada ao trânsito automóvel, a sua largura não permitia a circulação nos dois sentidos nem a de autocarros de passageiros, factor impeditivo de acesso a automóveis de turismo.

Este facto viria a obrigar a que importantes obras de alargamento e pavimentação tivessem, posteriormente de ser efectuadas.

Na sessão camarária de 29 de Agosto de 1991 é aprovado o respectivo programa de concurso e caderno de encargos, e na sua sessão camarária de 14 de Novembro de 1991 a obra de alargamento deste caminho é adjudicada a José Avelino Pinto, tendo a sua inauguração lugar a 14 de Maio de 1993.

As referencias mais importantes

Esta rua, tem a particularidade de, através do hoje

denominado restaurante Polar, ter sido o segundo local, onde depois das Vides na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, a espetada passou a fazer parte da ementa dos restaurantes madeirenses.

Contudo, neste arruamento, a referência mais importante é sem dúvida o Pico da Torre, local donde se desfruta uma magnífica panorâmica sobre a baía e Ilhéu de Câmara de Lobos.

Neste local foi construído, ficando concluído em finais de Setembro princípios de Outubro de 1997 um miradouro, concretizando-se desta forma, uma pretensão camarária que vinha já pelo menos desde 1941.

Coincidindo um pouco com a conclusão desta obra teve lugar no Pico da Torre, de 11 a 18 de Outubro de 1997 uma parte das actividades da I Semana da Pedra, onde vários escultores num atelier improvisado, sobre o olhar atento do público deram forma a, alguns trabalhos escultóricos, tendo a pedra de cantaria como única matéria prima.

Possui ainda este local um Cruzeiro da Independência, inaugurado e benzedo a 14 de Setembro de 1941.

No tempo perdeu-se a intenção formulada a 8 de Maio de 1957 pelo Padre António Pinto da Silva no sentido de aí construir uma capela, que deveria ficar integrada no património paroquial.

Este Pico da Torre esteve

ainda associado à existência de uma defesa militar, donde advém também uma das suas antigas denominações de Pico do Forte, bem como a vários projectos de urbanização, todos eles até ao momento sem qualquer concretização.

Os projectos de urbanização

A encomenda daquele que julgamos ter sido primeiro estudo data de 1960, tendo a opção da Câmara recaído sobre arquitecto paisagístico Nereus Fernandes. Na sua sessão de 26 de Julho de 1961, na presença desse estudo, a Câmara delibera encarregar o seu autor de elaborar o respectivo projecto.

Apesar de constar do plano de actividades da Câmara para 1962 e de uma comissão de emigrantes camaralobenses, radicados na Venezuela, ter chegado a angariar meios para construir uma casa de chá e uma torre com relógio prevista no estudo, o projecto nunca chegou a avançar.

A elaboração do segundo ante-projecto foi dado por deliberação camarária de 23 de Maio de 1973, ao arquitecto Luís Pinheiro, que o terá concluído a 8 de Novembro do mesmo ano. O terceiro ante-projecto seria dado ao Arquitecto Agostinho Xavier Andrade, na sequência de um concurso formulado por deliberação camarária de 9 de Março de 1989 e para o qual foram também

convidados outros dois arquitectos.

Relativamente ao ante-projecto de Agostinho Xavier Andrade ele seria publicamente apresentado no dia da inauguração do alargamento da rua do Pico da Torre, a 14 de Maio de 1993 e viria a estar na origem de um concurso, deliberado em 18 de Setembro de 1997, para concessão do direito de superfície destinado à concepção, construção e exploração da infra-estrutura turística nele prevista. Contudo, uma vez mais, ao que parece, o Pico da Torre permanecerá, em termos de infra-estruturas, reduzido ao cruzeiro da independência e ao miradouro recentemente construído, uma vez que apesar de colocado a concurso, em Dezembro de 1997, o projecto não terá atraído investidores, facto provavelmente associado ao elevado custo da sua execução.

A sede da Banda Municipal

Ainda que sem acesso directo com a rua do Pico da Torre, no cruzamento desta rua com a estrada João Gonçalves Zarco encontra-se situada a sede da Banda Municipal de Câmara de Lobos.

Inicialmente em regime de aluguer, a celebração, no dia 11 de Dezembro de 1991, de um protocolo entre o Governo Regional e a Banda Municipal de Câmara de Lobos através do qual o Governo lhe concedeu o quantitativo de 15 mil contos amortizável em 15 anos, permitiu que a banda adquirisse o imóvel que ocupava desde a década de 30.

No edifício, onde está instalada a sede da Banda Municipal, existe um oratório contendo uma pintura de Nicolau Ferreira datada de 1781. ■

Bibliografia:

FREITAS, M Pedro. Pico da Torre. Jornal da Madeira, 4 de Janeiro de 1998.

SAINZ-TRUEVA, José. Presença de Nicolau Ferreira, um pintor madeirense do séc. XVIII, na vila de Câmara de Lobos. Girão-Revista de Temas Culturais do Concelho de Câmara de Lobos, nº 5, 2º Semestre de 1990, 201-203.

Jornal da Madeira, 8 de Fevereiro de 1970;

Manuel Pedro Freitas